



**PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE E URBANISMO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 (TREZE) DO MÊS DE ABRIL DE 2023 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, OCORRIDA NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE, PESCA E URBANISMO - SEAMUR.**

1 Às 15:00hs, conforme convocação publicada no Diário Oficial nº 167 de 07 de abril de 2023, os  
2 conselheiros se reuniram, na data e local acima indicado para a reunião ordinária da gestão do  
3 biênio 2022/2023. Na primeira chamada não houve quórum. Aguardou-se até 15:15hs. para a  
4 segunda chamada, estando presentes os seguintes conselheiros: Evanildo Nascimento (Titular -  
5 SEAMUR), Eduardo Rodrigues (titular - SEAMUR), Marco Antônio Costa (titular - SME),  
6 Rodrigo Viana (titular - SEOD), Jorge Tardin (Titular - AETUCUNS), Carlos Cordeiro  
7 (suplente - AETUCUNS), Thomas Weber (titular - AHB), Ricardo de Jesus Monteiro (suplente  
8 - AMA-ARETÊ), Mônica Casarin (titular - AMOCA), Davi Ohana (titular Raízes), Augusto  
9 Pascoal (suplente Raízes) e Anderson Torres (suplente - ServBúzios). Conselheiros ausentes com  
10 justificativa Marcos Santos (Titular - ServBúzios). Conselheiros ausentes, sem justificativa:  
11 Gabriel Balod (titular - SEAMUR), Anderson Chaves (titular - SECAD) e Caio Canellas  
12 (suplente - SECAD); **totalizando 12 (doze) participantes**; conforme constam da folha de  
13 presença, portanto com quórum legal (10 conselheiros aptos a votar) para as deliberações do dia.  
14 A reunião foi iniciada pelo Presidente, Eduardo Rodrigues que deu a boa vinda a  
15 todos iniciou a leitura da pauta do dia: **1) Aprovação da ata da reunião de 09/03/2023; 2)**  
16 **Votação do PAA 2023, com os projetos prioritários para 2023; 3) Análise e deliberação**  
17 **sobre o TAC entre SEAMUR e A Concept; 4) Aprovação da minuta de resolução sobre**  
18 **análise de processos de licenciamento ambiental pelo CMMA; 5) Pedido de informações**  
19 **sobre obras de drenagem da bacia de Tucuns, principalmente da lagoa artificial de Tucuns**  
20 **e da canalização do valão de Cem Braças; 6) Pedido do mapa de rede separativa de esgoto**  
21 **do município atual e dos investimentos da Prolagos no município em 2023; 7) Deliberação**  
22 **sobre contratação de Estudo e levantamento dos corpos hídricos do Município; 8) Assuntos**  
23 **gerais.** O Presidente então passou a palavra para a secretária executiva para iniciar o item **1)**  
24 **Aprovação da ata da reunião de 09/03/2023**—a secretária informou que o texto das atas já  
25 haviam sido enviados a todos os conselheiros e não houve nenhuma correção. Perguntou se algum  
26 conselheiro presente ainda tinha alguma consideração a fazer, diante da resposta negativa, o  
27 presidente colocou as atas em votação, que foi aprovada por unanimidade. Passou-se então para  
28 a discussão do item **2) Votação do PAA 2023, com os projetos prioritários para 2023**—Alguns  
29 conselheiros levaram suas propostas de prioridades para 2023, porém verificou-se que houve  
30 uma confusão no entendimento de quais tipos de propostas poderiam ser apresentadas, se apenas  
31 as Ações do PAA ou se poderiam apresentar projetos e/ou atividades específicas. OS  
32 conselheiros chegaram conclusão que poderiam sugerir projetos e/ou atividades que estivessem no  
33 escopo de qualquer uma das 18 ações aprovadas no PAA 2022. Assim ficou decidido que cada  
34 conselheiro vai um e-mail ao CMMA com as 3 propostas prioritárias, que serão formatadas pela  
35 secretaria executiva e distribuída aos conselheiros e a lista será votada na próxima reunião  
36 ordinária. Sem mais inscritos, passou-se para o item **3) Análise e deliberação sobre o TAC**  
37 **entre SEAMUR e A Concept**—A secretária executiva, que já havia enviado cópia do TAC para  
38 todos os conselheiros, fez a leitura do mesmo que narra as condutas que levaram à suspensão  
39 da licença de obras: a) supressão de vegetação nativa além dos limites previstos na autorização  
40 nº 136/2022; b) empreendimento não atendeu a taxa de preservação de 30% e c) implantação de  
41 campo de golfe, abertura de lagoas e fundação de construção sem licença. E elencava os itens de  
42 compromisso de ajustamento: a) quitar medida compensatória constante no processo nº  
43 11136/2022; b) elaborar e executar um Projeto de Restauração Florestal (PRF), podendo ser em  
44 outro local da mesma microbacia; c) custear e executar projetos ambientais e urbanísticos no  
45 valor de R\$ 1. 152 milhões e d) instaurar processo administrativo para implantar o campo de  
46 golfe, a abertura de lagoas e a construção. Após a leitura, abriu-se espaço para a manifestação



**PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE E URBANISMO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

47 dos conselheiros sobre o TAC. A primeira conselheira a pedir a palavra foi Mônica Casarin que  
48 listou alguns questionamentos. O primeiro foi em relação a aprovação de uma licença de obras  
49 para “acréscimo de residência unifamiliar” quando é de notório conhecimento que o  
50 empreendimento é um meio de hospedagem (Hotel A Concept) conhecido internacionalmente. O  
51 secretário de Ambiente e Urbanismo, Evanildo Cardoso explicou que a licença foi aprovada  
52 baseada em um pedido feito em 2006 pelo então proprietário da casa, senhor Roger Wrioth. Que  
53 o proprietário atual, senhor Harald Huth assinou uma termo de declaração dizendo que era  
54 residência e que na análise da questão ambiental, o senso florístico apresentado dava permissão  
55 para a retirada de vegetação. Porém, retiraram mais que deveriam, o que foi constatado  
56 posteriormente, e o empreendimento multado e depois teve a licença suspensa. Disse ainda que  
57 não foi notado pela equipe de licenciamento que no projeto havia o desenho do campo de golfe.  
58 Mônica Questionou se um pedido de licença de 2006 ainda era válido e o secretário disse que  
59 sim. Outro questionamento da conselheira foi sobre as medidas compensatórias e mitigatórias  
60 exigidas no TAC, que aplica R\$ 150 mil no projeto de manutenção de trilhas municipais por 12  
61 meses; R\$ 600 mil na estruturação das trilhas e mirante da Ponta do PaiVitório, APA Mangue de  
62 Pedra, que já está recebendo R\$ 300 mil do FMMA. E também a destinação de R\$ 150 mil para  
63 instalação de portais nas Unidades de Conservação, que também receberam R\$ 900 mil de  
64 recursos do FMMA para demarcação física. Segundo a conselheira, sua preocupação é com a  
65 mistura de recursos do FMMA com o TAC, o que poderia gerar problemas na prestação de  
66 contas dos gastos do FMMA. O secretário informou que os recursos do TAC serão aplicados em  
67 tempos distintos dos do FMMA, o que não traria superposição de investimentos. O conselheiro  
68 Thomas Weber argumentou que neste caso uma solução seria definir as trilhas pelas quais eles  
69 ficariam responsáveis pela manutenção, que vai durar 12 meses, separando-as das trilhas que  
70 serão feitas com recursos do FMMA e que seria necessário fazer um Processo Administrativo à  
71 parte. O conselheiro Eduardo Rodrigues confirmou que isto deverá ser feito. Em relação  
72 aocusteiado Projeto SOS de Vida Silvestre, sediado em Cachoeira de Macacu, no valor de R\$  
73 252 mil, o secretário disse não ver irregularidades, visto que tal ONG assinou um acordo de  
74 prestação de serviços com o município. A conselheira Mônica Casarin argumentou que as  
75 obrigações do empreendedor eram muito brandas, “um presente” para um empresário que mentiu  
76 sobre a atividade do imóvel, desmatou o terreno sem autorização e depois ainda desacatou as  
77 ordens para suspender a licença de obras; além do que abre as portas para outros empresários  
78 fazerem o mesmo. O conselheiro Davi Ohana questionou se, caso fique constatado que o  
79 empreendimento mentiu sobre a atividade, qual seria o procedimento a ser adotado pelo poder  
80 público. O secretário passou a palavra para o procurador municipal, senhor Thiago Ferreira, que  
81 estava presente na reunião, que afirmou que não tem conhecimento do P.A., porém a regra geral  
82 seria arevogação da L.I., porém deveria ter sido observado durante a elaboração do TAC. O  
83 secretário disse que isto já havia sido contemplado no TAC. A conselheira Mônica argumentou  
84 que o TAC não citava a emissão de licença enganosa. O conselheiro Jorge Tardin pediu a  
85 palavra para dizer que se o proprietário quisesse resolveria essa questão da licença facilmente  
86 utilizando a Lei Federal nº 13.777/2018, criando um Pool e revisando a licença. O conselheiro  
87 Rodrigo Vianna pediu a palavra para informar que, na teoria, caso seja do interesse do poder  
88 público, o alvará de funcionamento pode ser negado visto que o pedido de licença não ter sido  
89 feito para a atividade de hospedagem. O conselheiro Augusto Pascoal sugeriu que o setor de  
90 Licenciamento reflita sobre procedimentos para que casos como este não voltem a acontecer.  
91 Sem mais inscitos para a fala, passou-se para o item 4) **Aprovação da minuta de resolução**  
92 **sobre análise de processos de licenciamento ambiental pelo CMMA**—a secretária executiva  
93 informou que todos haviam recebido a proposta de minuta para a resolução que cria  
94 procedimentos e regras para o envio de processos de licenciamento ao CMMA. A conselheira  
95 Mônica Casarin, que ficou responsável pela elaboração dessa proposta, explicou que baseou o  
96 texto em outras legislações semelhantes e com o apoio jurídico de um advogado e um promotor



**PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE E URBANISMO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

97 de justiça, e que trazia a proposta para ser analisada pelos colegas conselheiros. O conselheiro  
98 Eduardo Rodrigues elogiou o esforço e sugeriu que fosse incluído no texto prazos e regras para  
99 que o CMMA fizesse sua análise, visto que existem prazos a serem cumpridos. O conselheiro  
100 Ricardo Monteiro argumentou que todos os conselheiros pudessem opinar. A conselheira  
101 Mônica Casarin explicou que era justamente o que estava sendo feito. O Procurador Municipal,  
102 senhor Thiago Ferreira disse que o texto deve passar pela Procuradoria Municipal. A conselheira  
103 Mônica Casarin respondeu que todo o procedimento e os trâmites estão sendo respeitados e que,  
104 após uma deliberação do CMMA sobre a minuta de resolução ela será encaminhada à Progem  
105 para os trâmites legais, como sempre foi feito pelo CMMA, e aproveitou para pedir um pouco de  
106 celeridade da Progem na análise das demandas do CMMA, visto que historicamente os  
107 documentos – minuta de mudança da legislação de medida compensatória, minuta da política  
108 pública do meio ambiente, minuta da política pública do saneamento básico, etc - do CMMA  
109 enviados à Progem não haviam sido finalizados até os dias de hoje. Após um breve debate  
110 definiu-se que o documento será disponibilizado no Drive da conta do google do CMMA, onde  
111 todos os conselheiros terão acesso ao documento e poderão fazer suas contribuições no texto e  
112 que o texto final será levado a votação na próxima reunião do CMMA. Passou-se para o item 5)  
113 **Pedido de informações sobre obras de drenagem da bacia de Tucuns, principalmente da**  
114 **lagoa artificial de Tucuns e da canalização do valão de Cem Braças** – A secretária executiva  
115 explicou que a secretaria de obras, saneamento e drenagem está fazendo algumas intervenções de  
116 drenagem na bacia de Tucuns, criando uma lagoa artificial em Tucuns e canalizando o valão de  
117 Cem Braças, com uso de recursos do FMMA; e que o CMMA continua sem saber exatamente  
118 qual o projeto destas intervenções e quais serão os efeitos práticos das mesmas. E que por isso é  
119 necessário solicitar, através de ofício, um pedido de reunião com os responsáveis pela pasta. Sem  
120 mais inscritos, a proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Findo o tema,  
121 passou-se para o item 6) **Pedido do mapa de rede separativa de esgoto do município atual e**  
122 **dos investimentos da Prolagos no município em 2023**–A secretária executiva narrou que o  
123 CMMA, para poder ajudar no planejamento das políticas públicas do meio ambiente, conforme  
124 sua missão, precisa de informações sobre as atuais condições e previsões para o esgotamento  
125 sanitário do município; por isso foi feita a proposta de solicitar à Prolagos o mapa atual da rede  
126 separativa e o organograma de investimentos da empresa, no município, em 2023. O conselheiro  
127 Rodrigo Vianna solicitou que os arquivos enviados pela Prolagos sejam no formato kmz, pdf e  
128 dwg. Sem mais inscritos, a proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Findo  
129 o tema passou-se para o item 7) **Deliberação sobre contratação de Estudo e levantamento dos**  
130 **corpos hídricos do Município** –A secretária Executiva lembrou que uma das prioridades do  
131 CMMA sempre foi o levantamento de dados sobre a qualidade dos corpos hídricos do município,  
132 o que nunca havia sido feito por falta de recursos. Porém, agora se tem a disposição os recursos  
133 do FMMA e se pode contratar profissionais especializados para fazer este estudo dos corpos  
134 hídricos. O conselheiro Davi Ohana pediu para incluir no estudo a avaliação da fauna e flora que  
135 vivem neles. Sem mais inscritos, a proposta foi colocada em votação e aprovada por  
136 unanimidade. Passou-se então para o item 8) **Assuntos gerais**–A conselheira Mônica Casarin  
137 pediu a palavra para solicitar uma reunião extraordinária do CMMA com a SEAMUR, secretaria  
138 municipal de segurança pública e representantes da PM e do INEA para tratar do aumento  
139 assustador das invasões e desmatamento de terrenos públicos e privados, no município, e as  
140 ameaças deste invasores aos moradores que ousam denunciá-los. A proposta foi aprovada por  
141 unanimidade. O presidente do CMMA, Eduardo Rodrigues pediu a palavra para solicitar ação da  
142 Câmara Técnica de Acompanhamento de Processos Administrativos, para que marque uma  
143 reunião o mais breve possível para iniciar os trabalhos. O presidente também leu um ofício  
144 recebido dos chefes dos conselhos de Unidade de Conservação do município relatando o seu  
145 descontentamento com as informações que circularam na semana sobre o suposto  
146 pronunciamento do chefe do conselho das UCs Marinhas, Eduardo Cunha, em relação a

NOF  
ERM



**PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE E URBANISMO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

147 negociações entre Prefeitura e o maior proprietário de terras dentro da APA Mangue de Pedras.  
148 No ofício, eles negam a existência de tal pronunciamento, dizem que fizeram um Registro de  
149 Ocorrência contra a senhora Denise Morand, conselheira que divulgou a suposta fala, e que a  
150 Procuradoria Municipal iria abrir um Procedimento Administrativo contra a mesma, visto que  
151 ela também exerce um cargo efetivo na administração pública. Além disso repudiam o fato de  
152 que a informação tenha circulado no grupo do CMMA, enviado pela conselheira Mônica  
153 Casarin. A conselheira Mônica Casarin argumentou que a informação sobre a fala do chefe das  
154 UCs Marinha veio de mais de um dos conselheiros presentes na reunião e por isso entendeu ser  
155 necessário alertar os conselheiros ambientais. Perguntou se a reunião, em questão, havia sido  
156 gravada e a resposta foi negativa. O Presidente Eduardo Rodrigues pediu a palavra para dizer  
157 que passar uma informação sobre um funcionário público em um grupo, mesmo que seja de  
158 conselheiros, tem que ser feito com responsabilidade, pois pode criar uma instabilidade, um dano  
159 a este servidor que não tenha jeito de ser revertido, e por isso tem que ter cuidado com o que se  
160 fala. A conselheira Mônica Casarin pediu a palavra para dizer que ela postou pedido de  
161 informação ao Secretário em um grupo de conselheiros ambientais, que ela não vê nenhum abuso  
162 ou irresponsabilidade no fato, visto que a informação que recebeu veio de mais de um  
163 conselheiro do Conselho de Unidades de Conservação presentes na citada reunião. Houve um  
164 debate sobre a circulação deste tipo de informações dentro do grupo dos conselheiros, sem que  
165 se chegasse a uma conclusão, findando o assunto. Nada mais a ser tratado, a reunião deu-se por  
166 encerrada às 17:05 hs, da qual foi lavrada a presente ata por Mônica Casarin Fernandes Elsen, e  
167 que vai assinada por ela e pelo Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Eduardo Rodrigues Moreira – Presidente

Mônica Casarin F. Elsen secretária Executiva